



CONGRESSO ABES FENASAN 2017

BIO
SANEAS
ANEXO 2017
CONGRESSO DE SANEAMENTO
2017



O MAIOR ENCONTRO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DAS AMÉRICAS

**Saneamento Ambiental:
Desenvolvimento e Qualidade de
Vida na Retomada do Crescimento**



Entrevista com
Benedito Braga



Ponto de Vista da
presidente da
Copasa (MG)



O sonho verde
de Sebastião
Salgado

CONSTRUINDO CAMINHOS PARA O SANEAMENTO

Por Jerson Kelman,
Presidente da Sabesp

A REALIDADE de grande parte do Brasil mostra que o serviço de coleta, afastamento e tratamento de esgotos estão atrasados, mesmo quando a situação é comparada com países de renda per capita semelhante à nossa. Em relação à água potável, aproximadamente 35 milhões de brasileiros ainda não têm suas casas abastecidas formalmente, motivando a grande incidência de furtos e gambiarras insalubres para que acessem o serviço.

A título de comparação com economias emergentes como Rússia, Índia, China, Uruguai, Chile e Argentina, o Brasil ocupa a penúltima colocação, superando apenas, e por margem apertada, o índice de tratamento de esgotos da Índia, nação reconhecida internacionalmente pela sua precária infraestrutura sanitária e com PIB per capita sete vezes menor que o registrado no Brasil. Se comparado com PIB argentino, semelhante ao brasileiro, o contraste é profundo: 97% de tratamento no país vizinho ante nossos parcos 39%.

O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), sancionado no final de 2013, previa a universalização do abastecimento de água, da coleta e do tratamento de esgotos no País até o ano de 2033. No entanto, segundo recente estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o desempenho do Plano registrado até meados de 2017 demonstra resultados muito aquém dos esperados. Se a lentidão na execução de investimentos persistir, a universalização se tornaria uma meta ainda mais distante. Segundo a CNI, o país só será atendido com água encanada em 2043 e

com acesso à rede de esgoto em 2054.

Como é bem sabido, as obras de saneamento beneficiam a saúde da população, diminuindo tanto as doenças de transmissão hídrica - diarreia, por exemplo - quanto as transmitidas por mosquitos - como a dengue. Contribuem ainda para mitigar a degradação ambiental e valorizar os setores imobiliário e turístico. Mesmo diante de um horizonte desalentador, há de se destacar algumas iniciativas - já em curso ou em processo de implantação - que congregam grande potencial para que seja deflagrado um ciclo positivo de expansão da infraestrutura, colocando o saneamento dentre as possíveis locomotivas para a retomada econômica do país.

O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB) é um dos temas que deve voltar à pauta de prioridades. Embora aprovado em outubro de 2016, foi vetado o principal artigo do projeto, que previa beneficiar companhias com a isenção fiscal do PIS/Pasep e da Cofins, tributos que oneram o setor em uma média anual de R\$2,5 bilhões. É um valor que, seguindo critérios técnicos e transparentes, seria revertido diretamente à expansão da oferta de água e saneamento alavancando setores importantes da economia.

A responsabilidade dos usuários é outra pauta a ser fortalecida nacionalmente para que se reprima o mau exemplo daqueles se recusam a fazer a conexão de suas residências na rede coletora de esgotos. São comportamentos equivocados que partem do pressuposto de que o serviço de coleta e



JERSON KELMAN,
Engenheiro Civil e
Presidente da Sabesp

tratamento de esgoto seja análogo ao de fornecimento de água. Mas não é: no primeiro caso o beneficiário é toda a coletividade; no segundo é o indivíduo. Portanto, a conexão à rede e o pagamento pelo serviço de esgotamento deveriam ser compulsórios. Assim, todos fariam a sua parte no esforço coletivo de melhorar a salubridade do ambiente, em benefício de toda a comunidade.

Outro tema de relevância a ser debatido é quanto à necessidade de uma revisão de conceitos de consumo e valoração da água e do saneamento. Tanto regulador quanto regulado têm a obrigação de esclarecer à sociedade sobre a maneira que é feito o cálculo tarifário. Muitos supõem erroneamente que a sociedade paga pela prestação de um serviço universalizado em que todo o esgoto é devidamente coletado e tratado. Mas recebe um serviço que ainda não atingiu a universalização. Mas não é assim: o cálculo é feito levando em consideração os investimentos e custos operacionais efetivamente realizados e não os que deveriam ter sido feitos para prestar um serviço, por exemplo, de padrão europeu.

Esta situação leva à limitação de recursos das concessionárias e à abissal carência no atendimento em determinadas regiões. Por isso, também é importante que sejam estabelecidos critérios técnicos que definam com clareza as obras de melhor custo-benefício social. Trata-se de uma "fila" de prioridades que deve ser ocupada pelos empreendimentos que, com o mesmo montante investido, beneficiem o maior número de pessoas e impactem em maior grau na melhoria das condições de vida da população e/ou do meio

ambiente. Contudo, há situações nas quais os primeiros lugares da fila não são ocupados pelos mais necessitados, e sim pelos mais articulados. Por exemplo, quando a concessionária é obrigada por sentença judicial a instalar infraestrutura em desacordo com seu cronograma de investimentos. Trata-se de uma distorção que gera um clima de desconfiança e estimula outros a tentar "furar a fila".

Paralelamente, é preciso imprimir maior eficiência aos investimentos por meio de iniciativas que consideram o resultado, e não meramente construção de infraestrutura. Um exemplo é o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) lançado em 2001 pela Agência Nacional de Águas em que não são financiados equipamentos ou obras, mas paga-se, isto sim, pelo esgoto efetivamente tratado. Esta arquitetura elimina o risco presente em muitos projetos tradicionais, que consomem grandes somas de recursos na instalação da infraestrutura, sem jamais chegar à fase operativa.

Neste ambiente repleto de desafios, o Congresso ABES/Fenasan 2017, mais consagrado evento do gênero na América Latina, é o grande palco para a discussão das principais políticas públicas e estratégias de gestão que buscam mais eficiência das companhias. Um ambiente de oportunidades que reúne alta capacidade técnica, difusão de conhecimento e qualificada reflexão conceitual, permitindo construir caminhos para os avanços necessários à expansão do saneamento. Também uma rara ocasião para o estreitamento entre os entes do setor e demais públicos de interesse. Parabéns aos organizadores! ☺



SANEAGO

Sistema Produtor Mauro Borges

A Saneago inaugurou, no mês de setembro, a Estação de Tratamento Governador Mauro Borges, a última etapa do sistema que irá garantir o abastecimento para Goiânia e Região Metropolitana

OBRA PREMIADA E MODELO NA AMÉRICA LATINA | As obras do Sistema Produtor Mauro Borges foram realizadas em três etapas

1 Barragem do Ribeirão João Leite

ARMAZENAMENTO

130 bilhões de litros de água

ÁREA INUNDADA

1.040 hectares

O reservatório é responsável por manter constante a vazão de água do ribeirão, que hoje abastece

50% da população da capital.

2 Estação Elevatória de Água Bruta

O projeto prevê a utilização da força da água do próprio manancial para o acionamento das bombas

POTÊNCIA INICIAL

5.500 HP

POTÊNCIA FINAL

8.200 HP

POTÊNCIA DAS TURBINAS HIDRÁULICAS

4MW

3 ETA Governador Mauro Borges

É uma das mais modernas estações de tratamento de água da América Latina

CAPACIDADE INICIAL DE PRODUÇÃO

4.000L/S
Capaz de atender 1,5 milhão de habitantes

CAPACIDADE FINAL DE PRODUÇÃO

8.000L/S
Capaz de atender 3 milhões de habitantes

50 ANOS